



**EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE:
DIAGNÓSTICO DE ABRANGÊNCIA DA LICENCIATURA PLENA EM
EDUCAÇÃO NO CAMPO - PROCAMPO**

Cícero Italiano Sobrinho¹
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará - IFPA
ciceroitaliano@gmail.com¹

Cícero Antônio Sobreira Fidélis²
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará - IFPA
cicerofidelis.ifpa@gmail.com²

Vanilson Oliveira Paz³
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Pará - IFPA
vanilsonpaz@yahoo.com.br³

Resumo

A pesquisa teve como objetivo promover um levantamento/diagnóstico da abrangência territorial do PROCAMPO, verificando quais os Municípios da Região Sudeste do Estado do Pará foram contemplados com este projeto, para tanto, realizou-se uma análise das políticas públicas que viabilizaram a implementação deste Programa. Esta pesquisa trata de um estudo/diagnóstico sobre a Educação do Campo no Sudeste Paraense, procurando perceber a abrangência deste Programa nos 15 municípios que compõem essa região. Realizou-se uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico/documental, com pesquisa de campo, com o auxílio de questionário aberto. O estudo mostrou que este programa já conta com 96 alunos em 10 dos 15 municípios dessa região; o PROCAMPO tem se constituído numa educação diferenciada da encontrada nos centros urbanos, pois as diretrizes aplicadas são direcionadas às especificidades da população campesina.

¹ Orientador do Artigo. Mestrando em Ciências da Educação, Brasil/Portugal – pela Universidade Lusófona – Lisboa - 2009/2011. Especialista em Educação do Campo pela UAB/IFPA – 2011. Especialista em Português e Literatura pela FIJ/RJ – 2009. Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Pará – UEPA – 2005. Professor do Procampo – Sudeste do Pará – 2010/2011.

² Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – 2005. Especializando em Educação do Campo pela Universidade Aberta do Brasil – UAB – 2011.

³ Orientador do Artigo. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Gestão Escolar. Licenciado Pleno em Pedagogia pela UFPB. Doutorando em Políticas Públicas Educacionais pela Universidade Federal do Pará.

Palavras-chave: Educação Campesina; Educação de qualidade; Políticas públicas.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 define a educação como dever do Estado, devendo ser oferecida a todos os seus cidadãos, desde a creche até ao ensino superior. Mas, oferecer educação, principalmente de qualidade, para o campo sempre foi um grande problema. O educando do campo sempre encontrou dificuldades para conseguir concluir o ensino fundamental, da mesma forma o ensino médio, que é mais difícil ainda, e o ensino superior, esse sim *é um sonho!*

Os governos Federal, Estadual e Municipal no intuito de diminuir as desigualdades geradas pelas políticas públicas, outrora implementadas, para a educação do campo do país, e para a região Norte em particular, tem procurado sanar essa não assistência que por séculos fez parte da vida dos camponeses. Nesse intento, promoveu a implantação de alguns programas direcionados à população do camponês, como o Pro Jovem, o Programa Saberes da Terra, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e por último o Programa denominado PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo), que ora se faz o objeto desta pesquisa. Esse Programa é totalmente direcionado à formação de professores que atuem na zona rural, mas que ainda não possuem ensino superior, e visa, a médio e longo prazo, proporcionar uma nova visão da educação direcionada ao campo.

Fazer um diagnóstico da abrangência do PROCAMPO nos Municípios do Sudeste paraense, analisando as políticas públicas que contribuíram para a efetivação deste Programa em nossa região se apresenta como uma problemática desta pesquisa por identificarmos inseridos neste processo, elementos econômicos, sociais, culturais e conjunturais presentes na história dessas políticas educacionais direcionadas aos camponeses.

Esta pesquisa tem sua importância para a área da educação, em especial para a educação direcionada aos movimentos camponeses, e justifica-se, principalmente, por se propor a avaliar se as políticas públicas educacionais, implantadas pelo governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, têm proporcionado ao homem do campo uma vida mais digna para si, sua família e sua comunidade. Para tanto, buscamos compreender dos alunos acolhidos pelo Programa se a sua efetivação está conseguindo despertar nesses professores um novo olhar sobre a realidade da educação camponesa e

se esses professores já vêem a possibilidade de transformar as ações, as conjecturas, o modo de agir, pensar e se relacionar em ações mais conscientes de seu papel de formador e politizador que exercem sobre seus alunos.

A pesquisa ora apresentada visa contribuir para com a melhoria da educação como um todo, uma vez que se propõe a averiguar se a aplicação das políticas públicas educacionais tem conseguido formular novos caminhos para a educação do campo, que até pouco tempo foi relegada a segundo plano por nossos governantes. Para tanto, pretendemos observar se a atual conjuntura educacional tem conseguido construir caminhos para uma nova realidade do campo brasileiro, caminhos que nos remetam ao que podemos chamar de o objetivo que queremos de nossa educação: *uma educação que se volte para os interesses da maioria do povo brasileiro* (Saviani (2008, p. 411). Saviani frisa ainda *que a escola para a maioria não pode ser definida por uma minoria* (op. cit.), fato que nos leva a entender que precisamos estudar, e avaliar, se a educação que está sendo implementada em nossas comunidades camponesas está levando em consideração a realidade dessas comunidades.

Logo, uma nova escola se faz necessária, um novo sistema se faz necessário, um novo olhar aos homens e alunos do campo se faz urgente, um olhar que vislumbre os conhecimentos adquiridos pelo povo camponês em suas lutas diárias, em suas festas religiosas e em seus ritos culturais. Precisamos de uma educação que valorize os saberes de nossos alunos e não uma educação que os faça se sentirem inferiores, aleijados de conhecimento, como se nada de bom soubessem.

Pensando num processo de educação permanente e vislumbrando o andamento do processo de construção de um novo modelo de educação do campo, nossa pesquisa objetivou responder a seguinte problemática: a implantação do PROCAMPO na Região Sudeste do Estado do Pará tem conseguido alcançar todos os Municípios desta região e proporcionado um novo olhar sobre a realidade da educação rural nesses Municípios?

No intuito de procurarmos respostas à problemática de nossa pesquisa levantamos como objetivo principal fazer um levantamento/diagnóstico da abrangência territorial do PROCAMPO, verificando quais os Municípios da Região Sudeste do Estado do Pará foram contemplados com este programa, e se o mesmo está articulado às estratégias de desenvolvimento humano e econômico de todo o povo brasileiro.

1 - A educação do campo no século XXI

Arroyo (2004), afirma que ainda há em nosso país uma forte tendência, marcada por exclusões e desigualdades, que considera a maioria da população que vive no campo como sendo a parte atrasada da sociedade, e por sua vez, fora do projeto de modernidade almejado pela nação.

Para Arroyo (2005) a luta do povo campesino pela garantia do direito à educação escolar para si e para os seus filhos está centrada não só na reivindicação da criação de escolas no campo ou pelo não fechamento das que já existem ou ainda pela ampliação da oferta dos níveis de escolarização. Mas, principalmente, pela efetivação de políticas públicas educacionais de formação de educadores do campo, e que, de preferência, essa formação seja voltada para a realidade daqueles que morrem no campo, pois são os maiores conhecedores da realidade que vivenciam em suas comunidades.

A educação do campo tem um forte vínculo de origem nas lutas sociais camponesas, que sempre buscaram construir um novo prisma para a relação campo e cidade, visando a que ambos sejam baseados no princípio da igualdade social e da diversidade cultural. Segundo Arroyo, isso nem sempre foi levado em consideração e só a partir da intensificação das lutas camponesas pela efetivação de seus direitos sociais é que os governantes estão voltando seus olhares para a necessidade de construção de um sistema público de educação do campo realmente voltado para a realidade do campo. E, como afirma o próprio autor: *é bom lembrar que durante décadas nem sequer se falava da educação do campo, era a educação rural, a escolinha rural, professor rural* (ARROYO, 2005, p. 47).

A Educação do Campo deve estar vinculada ao mundo dos sujeitos envolvidos nesse processo de formação e produção social do povo do campo, numa relação em que seu trabalho e cultura não podem ser assumidos numa visão de educação que se reduza apenas à escolarização, pois a Educação do Campo compreende além de todos esses elementos, as lutas cotidianas de nossos camponeses por manter sua identidade e seus valores.

A Educação do Campo passa dessa forma, pela construção de novas possibilidades de vida e de permanência nessas comunidades. Traz novos caminhos e novas metodologias para que se possa trabalhar diretamente na preparação da atuação dos professores que levarão essa nova visão de Educação para o campo. Educadores comprometidos com suas comunidades e com a permanência dos filhos do campo no

campo. Temos em Arroyo (2005) uma ótima definição da educação que almejamos para a população campesina, em especial, à função da escola nesse processo:

Dá novas funções sociais à escola e a seus profissionais, assim como acresce no conjunto dos profissionais novas sensibilidades educativas para suas funções e os aproxima da escola e esta se aproxima da dinâmica das comunidades. (...) O campo não se desenvolve na lógica fragmentada com que a racionalidade técnica recorta as cidades, onde cada instituição e campo profissional são capacitados para dar conta de um recorte do social. [...] O produtivo, a sociabilidade, a educação, a cultura estão tão imbricados que seus profissionais e suas instituições têm de estar capacitados a intervenções totais. (ARROYO, 2005, p.10).

Depreende-se das palavras do autor que o campo precisa de um novo educador, mas não apenas de um novo educador, precisa também de uma nova escola, e ambos, com um novo perfil. E é exatamente esse um dos maiores desafios da educação do campo na atualidade, e proporcionar uma nova visão de educação para o campo prescinde, acima de tudo, de pessoas com uma nova visão de mundo. Encontramos ainda em Arroyo, citado por Molina palavras que explanam a defesa desse direito.

Temos que defender o direito à educação como um direito universal, mas como direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola no campo; seus sujeitos têm trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros e negras como trabalhadores, produtores do campo. Os movimentos sociais nomeiam esses sujeitos os sujeitos de direito. (ARROYO apud MOLINA, 2008, p. 76).

Como afirma Molina (2008), a educação deveria ser um direito universal, mas infelizmente, não o é, e para que essa realidade seja mudada precisamos da efetivação de políticas públicas que sejam capazes de reconstruir as distorções históricas de acesso à educação ofertada aos campesinos, uma reparação que considere as especificidades das condições sociais, culturais e econômicas que fazem parte do ambiente vivencial e laboral dos sujeitos do campo.

No campo político Freire (2002), critica a sociedade neoliberal, afirmando ser radicalmente (...) *contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura* (p.116). O desejo por ver o povo do Campo se libertar das injustiças que viviam, e vivem, e lutar por uma vida mais humana é, sem sombra de dúvidas, a força motriz de muitos campesinos e de outros estudiosos dessa área nos dias atuais. Temos na citação a seguir, o retrato do que Freire esperava enquanto reação dos povos

que viviam afastados das lutas políticas por melhorias educacionais e por melhoria em seu modo de vida quando afirma que:

O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana. (FREIRE, 2002, p. 114)

A luta pela transformação da sociedade e o questionamento ao poder dominante, fez com que Freire sempre lutasse pela construção de uma sociedade mais justa, mais igual, seja do ponto de vista econômico, democrático ou político. O autor nos diz que é possível, sim, em qualquer sociedade, fazer algo institucional que contradiga a ideologia dominante. Afirma ainda que esse fazer só será possível uma vez que o povo faça uso dos espaços que estão disponíveis.

Para Freire (2004), *a escola não é boa nem má em si, depende a que serviço ela está no mundo e precisa saber a quem ela defende* (FREIRE, 2004, p. 38). Essa relação de conscientização perpassa obrigatoriamente pelo diálogo entre o professor e seu aluno. A Educação do Campo representa um caminho possível para o desenvolvimento educacional de nossos cidadãos camponeses. Segundo Freire (2008), as condições para o bom andamento dessa modalidade de ensino não é fácil, mas os obstáculos não são eternos, são solúveis e por assim o serem podemos revertê-los.

Este pensamento nos ajudará substancialmente, principalmente, por que traz o diálogo como parte essencial de seu método pedagógico, por acreditar que as pessoas podem, sim, reverter esse quadro ora exposto à nossa sociedade. Por entender que nossas políticas públicas educacionais devem primar por captar de cada comunidade a sua cultura, suas organizações e seus saberes locais para formulação de um currículo vivo e dinâmico, no qual todos os nossos camponeses possam se sentir parte integrante desse sistema.

2- PROCAMPO: história e pedagogia

A realidade do ensino em nosso país nos mostra um quadro bastante diferenciado quando analisamos os resultados encontrados nas diferentes regiões de nosso país. Especial enfoque deve ser dado à região Norte, onde, por séculos, a educação vem se arrastando e ainda não conseguiu alcançar os índices almejados. Segundo o Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e INEP/MEC (2007), as políticas públicas voltadas para a educação do campo devem considerar as especificidades da realidade rural, com vistas a alcançar um desenvolvimento sustentável.

No intuito de alcançar esse desenvolvimento sustentável, iniciativas institucionais têm sido criadas para formular uma agenda pública direcionada ao encaminhamento de políticas públicas para a educação do campo, dentro de um prisma que envolve vários segmentos da sociedade organizada, dentre estas iniciativas esta pesquisa destacamos a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição, em 2003, pelo Ministério da Educação de um Grupo Permanente de Trabalho para tratar da questão da educação do campo.

Segundo o relatório do INEP (2007) a própria concepção de educação rural tem sido colocada em xeque nos últimos anos. Estamos vendo emergir um novo conceito de educação rural, agora designado '*educação do campo*', numa visão que se contrapõe à essa visão pejorativa e tradicional de educação. Ainda para este Instituto a expressão "do campo" é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como "parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades"

O Programa PROCAMPO tem como objetivo principal formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio para atuar nas áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática, levando em consideração a realidade social e cultural do campo, visando habilitá-los à docência multidisciplinar em escolas do campo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas.

Segundo o estabelecido no Parecer CNE/CEB N° 36/2001, provocado pelo artigo 28 da LDB, que propõe medidas que adéqüem a escola à realidade da vida do campo, a educação do campo, que sempre foi tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora tanto os espaços da floresta, da pecuária, das minas quanto da agricultura, mas que, contudo, os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. Campo, nesse sentido, é mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001).

O aludido Parecer assevera ainda em seu Art. 5°, que as propostas pedagógicas das escolas do campo, uma vez respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9394/96,

contemplarão as especificidades do campo em todos os seus aspectos sejam, sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração ou etnia.

2.1- Os passos da implantação do PROCAMPO no Sudeste Paraense

O movimento de implantação das políticas de Educação do Campo tem refletido sobremaneira sobre a situação das escolas nos territórios rurais. A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) possibilitou a abertura do debate em torno da problemática educação no campo em várias regiões do Brasil. O grande problema enfrentado pelas escolas campesinas está no fato de terem funcionado por muito tempo com currículos intimamente vinculados à realidade de produção encontrada nos centros urbanos e ao modelo urbanizado de mundo.

Partindo do pensamento de que as realidades do povo campesino estão intrincadas, objetivamente, e subjetivamente, Arroyo (2004, p. 79) ressalta que precisamos reconhecer a imagem do ambiente rural arraigada em nossa sociedade e sua relação com a Educação que está sendo oferecida ao homem do campo e afirma que a *cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos*. Dai que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado.

Encontramos nas escolas campesinas, uma realidade muito diferente da vislumbrada em nossas escolas urbanas. Observamos no campo, muitos alunos com idade avançada à preceituada para a referida série. Alunos que, na grande maioria, enfrentam grandes dificuldades de mobilização, por que na maioria dos Municípios as aulas são centralizadas em localidades denominadas *vilas* ou *comunidades* e muitos têm que se deslocar por vários quilômetros em busca dessa educação, fato que imprimi a esta modalidade de ensino um grau a mais de dificuldade.

Analisando por outro ângulo, vemos a escassez de recursos político-pedagógicos adequados para ajudar a sanar essas especificidades do ensino direcionado às escolas campesinas, especificidades estas formuladas, via de regra, por falta de políticas públicas capazes de oferecer um novo delineamento a essa problemática. Esta realidade vivida por nossos campesinos nos levou à instigação de conhecer os dados dessa construção a partir do ponto de vista legal.

Pensar e analisar as políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil, e em especial no Estado do Pará, é de fato um árduo trabalho, pois essa análise nos remete ao princípio de nossa colonização, não apenas no sentido de analisarmos a viabilização e implementação dessas políticas educacionais, mas, sobretudo, no intuito de analisar os fatos que encadearam o processo educacional brasileiro. Fazer esta análise implica em compreender os aspectos históricos dos acontecimentos que marcaram as fases do desenvolvimento de nossa educação campesina até os dias atuais, em especial os aspectos voltados para a educação superior ofertada para aqueles que não tiveram acesso ao ensino público em idade ou locais ideais.

3- Metodologia e resultados da pesquisa

Para Goode e Hatt (1973) a pesquisa moderna precisa rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos ‘qualitativos’ e ‘quantitativos’, e afirma ainda que não importa quão precisas sejam as medidas, pois o que é medido continua a ser uma qualidade. Seguindo o mesmo pensamento, Richardson (2010) também afirma que o método qualitativo *caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas* (p. 70).

A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica que, para Gonçalves (2005), tem como finalidade conhecer as diferentes contribuições científicas a respeito de determinado assunto que se pretende analisar, tendo também como objetivo, a revisão literária já existente, fazendo um levantamento do que já existe a respeito de determinado assunto já tratado por autores consagrados.

Recorremos também à pesquisa documental, que para Gonçalves (2005), abrange qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação e engloba a observação, a leitura, a reflexão e a crítica, elementos que usaremos para analisar a Constituição de 1988, a LDB e os pareceres do CEB, dentre outros documentos oficiais que formulam o assunto.

A pesquisa desenvolveu-se na Região Sudeste do Estado do Pará. Nesta Região está sendo desenvolvido, em dois Municípios Pólos, que são: Conceição do Araguaia e Redenção, o Programa Procampo. Esses dois pólos recebem alunos de vários Municípios vizinhos como Xinguara, Banach, Cumarú do Norte, Água Azul do Norte, Orilândia do Norte, Floresta do Araguaia e outros.

Fizemos também, para que haja uma melhor verificação das ações implementadas pelo PROCAMPO em nossa região, a aplicação de um questionário aplicado aos alunos desse programa. O intuito desse questionário está em fazermos o levantamento de dados sobre esses alunos, procurando saber, em especial, o seu Município de origem e qual a sua visão sobre os benefícios deste programa para si, e para seu Município e sua comunidade, para podermos saber qual a abrangência territorial do Procampo em nossa região. Desse modo, farão parte da amostra de nossa pesquisa, os 96 alunos matriculados no PROCAMPO – Região Sudeste do Estado do Pará.

Uma vez realizada a coleta dos dados de nossa pesquisa, submetemos esses dados à análise de conteúdo. Quando optamos pela *Análise de Conteúdo* como suporte para o desenvolvimento dessa pesquisa, partimos do pressuposto de que o comportamento humano, aqui entendido como expresso pelas opiniões e/ou idéias de uma pessoa ou comunidade, se exprimem sob a forma oral ou escrita, assim sendo, acreditamos ser esta uma escolha apropriada para os objetivos aqui delineados.

A realidade do ensino no Brasil nos mostra um quadro bastante diferenciado quando se avalia o mesmo com base nos dados estatísticos das regiões que compõem a Federação. Para exemplificar, um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2005), nos mostra que a região Norte possuía um número de matrículas na educação básica total de 5.351.934, no mesmo ano, a região Sudeste apresentava um total de matrículas na educação básica de 21.709.637, totalizando dependências administrativas a nível federal, estadual, municipal e privada. Outros estudos destacam aspectos da zona rural, elencando aspectos como: tamanho da rede, matrícula, níveis de ensino ofertados, infra-estrutura, recursos humanos, fluxo dos alunos e desempenho escolar, na perspectiva de reforçar a idéia de que as políticas voltadas para a educação do campo devem considerar as especificidades da realidade rural, com vistas a alcançar um desenvolvimento sustentável (INEP/MEC, 2007).

Daí as iniciativas institucionais terem sido criadas nesse âmbito, com uma agenda pública voltada ao encaminhamento de políticas para a educação do campo, envolvendo segmentos da sociedade organizada. Em 2002, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Em 2003, o Ministério da Educação movimentou o campo instituiu um Grupo Permanente de Trabalho para tratar da questão da educação do campo, criando, assim, um espaço institucional de diálogo entre representantes dos movimentos sociais do campo e atores das três esferas de governo.

Em resposta às demandas dos movimentos sociais do campo, o Ministério da Educação, em 2004, criou uma Coordenação-Geral de Educação do Campo, integrada à nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esta iniciativa representou a incorporação definitiva do tema na agenda educacional nacional. O mesmo despertar para a problemática da educação do campo vem ocorrendo no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de ensino (INEP/MEC, 2007).

É consenso que a análise e o encaminhamento adequado das demandas educacionais das comunidades do campo passam necessariamente pela reflexão e entendimento do seu modo de vida, dos seus interesses, das suas necessidades de desenvolvimento e dos seus valores específicos. É fundamental que seja levada em conta a riqueza de conhecimentos que essas populações trazem de suas experiências cotidianas. Programas são criados para atender essas especificidades, como o Programa Saberes da Terra, uma iniciativa do MEC.

A qualificação profissional dos educadores torna-se uma meta fundamental a ser alcançada no projeto de Desenvolvimento Social pretendido pelos programas e projetos do Governo Federal. Nesse sentido, o Programa Licenciaturas PROCAMPO vem ao encontro da realidade destes municípios, principalmente no que tange às necessidades educacionais do Campo.

As dificuldades e os problemas urbanos são conhecidos pela sociedade brasileira através dos meios de comunicação, já os Projetos Pedagógicos direcionados ao campo, como a Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática, quase sempre são pouco evidenciadas, mas as dificuldades da realidade no Campo, no entanto, existem, e são muitas. Foram essas dificuldades que justificaram a criação do Curso de Graduação – Licenciatura Plena em Educação do Campo, com a implementação de um modelo de escola pautada na especificidade do campo, com um novo foco no conhecimento e na organização do trabalho pedagógico, que conte com profissionais qualificados, capazes tanto, de entender as demandas apresentadas pela população, quanto de lhes proporcionar os meios necessários à implementação de processos de ensino de qualidade.

O Instituto Federal do Pará possui hoje 11 turmas de educandos no Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, seis turmas com sessenta alunos cada e cinco turmas com cinquenta alunos cada.

3.2- Os resultados da pesquisa

A pesquisa procurou fazer, não apenas um diagnóstico da abrangência do programa PROCAMPO na região sudeste do Estado do Pará, mas também um breve prognóstico sobre a influência que esse projeto de educação direcionado ao campo terá na vida de seus educandos. Para tanto, fizemos um levantamento das principais características dos alunos/professores matriculados nas duas turmas implantadas nos municípios de Conceição do Araguaia -PA e Redenção -PA.

Um dos fatores que nos chamou a atenção está no fato de que dos atuais 96 alunos matriculados 60 são mulheres. Apesar desse número representar quase o dobro do número de homens, encontramos 36 homens que lecionam em escolas campesinas. Esse de fato não era um dado esperado, uma vez que, principalmente nas escolas campesinas, a grande maioria dos professores normalmente são mulheres. Esses dados mostram que uma nova realidade está surgindo no cenário educacional de nosso país. Cada vez mais os homens têm procurado fazer um curso superior nas áreas de licenciatura.

Outro dado encontrado por esta pesquisa se refere ao quesito idade. Como já mencionado por nossa pesquisa, o PROCAMPO tem por objetivo formar professores que atuem em escolas campesinas, mas que ainda não possuem curso superior. Quando saímos em visitas às localidades campesinas, comumente encontramos professores em idade avançada, normalmente, acima dos 30/40 anos. Para nossa surpresa 40 alunos, que são professores em suas comunidades, se encontram numa faixa etária entre 17 e 23 anos e 37 alunos têm até 40 anos. Esses dados nos revelam que a educação campesina está passando por uma grande transformação, pois novas caras têm surgido jovens se disponibilizado a ensinar.

Hoje, mesmo nas áreas campesinas, já podemos contar com tecnologias encontradas nos centros urbanos e nossos professores precisam estar preparados para adquirir e repassar esses conhecimentos. Ao encontrarmos jovens do campo como educadores no campo, nos possibilita verificarmos que o orgulho e o compromisso com o campesinato estão se fortalecendo, pois o insumo intelectual precisa chegar ao campo, e somente com este diferencial a vida poderá ser mais digna a todos os sujeitos do campo.

O último dado ao qual queremos dar maior enfoque está no quesito distribuição dos alunos matriculados no PROCAMPO nos municípios da região sudeste do Estado.

A pesquisa constatou que dos 15 municípios que compõem a região sudeste do Estado, apenas 05 não foram contemplados por esse projeto, o que é fator importante, com a implantação de apenas 02 turmas, já contamos com uma cobertura de 02 (dois) terços de abrangência da região. Julgamos importante comentar nesse momento que já está em tramitação a abertura de uma terceira turma no município de Água Azul do Norte e com a formação dessa nova turma esperamos poder alcançar todos os municípios de nossa região. Vale ressaltar que nos dois processos seletivos que aconteceram (2009 e 2010), tivemos inscritos dos 15 municípios, demonstrando assim que demanda existe já que a necessidade é indiscutível.

Relacionamos, a seguir, os municípios e seus respectivos números de alunos matriculados nas duas turmas do PROCAMPO na região sudeste do Estado do Pará.

Santa Maria das Barreiras:	21	Cumarú do Norte:	10
Conceição do Araguaia:	18	Redenção:	05
Água Azul do Norte:	13	Bannach:	03
Rio Maria:	12	Floresta do Araguaia:	02
Pau D'Arco:	10	Ourilândia do Norte:	02
TOTAL:		96	

Visando alcançar uma real significação para os objetivos de nossa pesquisa procuramos colher dos alunos que compõem as duas turmas do PROCAMPO na Região Sudeste do Pará, depoimentos quanto à visão que os mesmos têm da implantação deste curso nessa região, das mudanças que está proporcionando e o que eles acham que ainda podem acontecer por causa da efetivação deste projeto.

Para não expormos os depoentes optamos por relacionarmos apenas o município a que este aluno se encontrava vinculado no ato de sua matrícula.

Um dos alunos de Conceição do Araguaia relatou o seguinte:

Fiz um seletivo e passei, fui aprovado no PROCAMPO, e este será um vôo solo, irei longe! Acreditem, não vou parar, irei muito longe!
(Conceição do Araguaia).

Outro aluno disse que para o futuro busca grandes realizações, tanto pessoal, como profissional, e que pretende terminar o ensino superior *para melhor desempenhar sua função como profissional da educação* (Cumarú do Norte).

Um dos alunos de Santa Maria das Barreiras afirmou o seguinte:

Espero alcançar todos os meus objetivos durante esses 04 anos que farei parte da família PROCAMPO dentro do IFPA. O meu sonho é de um dia concluir um curso superior dando uma qualidade de vida melhor para minha família e poder contribuir na formação e capacitação dos povos camponeses (Aluno de Floresta do Araguaia).

Um dos alunos de Bannach disse que sempre teve vontade de fazer uma faculdade, mas a questão financeira o impedia, e afirma *hoje estou no IFPA, pretendo concluí-la e continuar trabalhando na educação.*

Uma aluna de Pau D'Arco deu o seguinte depoimento:

Tenho duas grandes alegrias em minha vida, minha família e meu trabalho, agora surge uma terceira, meu curso superior. Estou desejava de neste curso, aprender novas práticas e adquirir outros conhecimentos para futuramente enriquecer minhas aulas e através das intervenções pedagógicas, junto aos meus alunos, contribuir para a formação deles como estudantes e como cidadãos.

Outra aluna, essa do município de Rio Maria, fez um depoimento forte e emocionado. Suas palavras foram as seguintes:

A coisa mais importante da minha vida profissional é trabalhar com alunos do campo, superei o medo de fazer um vestibular federal, onde só conseguem passar os melhores; sou vencedora, pois passei entre os melhores e serei especial depois que concluir o curso.

Outros alunos disseram:

Tenho feito grandes conquistas, uma delas é ter chegado ao PROCAMPO, e pretendo continuar buscando mais conquistas, pois quero ver a vida no campo cada vez melhor e pra isso desejo fazer as minhas contribuições. Por isso, a minha história não termina aqui (Aluno de Água Azul do Norte).

Estou aqui enfrentando as distancias e dificuldades com muitas perspectivas e sonhos, sonhos que pretendo realizar, e ajudar outros a também realizar os seus (Aluno de Ourilândia do Norte).

Esses são apenas alguns dos depoimentos dos alunos que entrevistamos, contudo, já nos fornecem subsídios suficientes para afirmarmos que esse programa tem conseguido abrir novas portas para a vida de muitas pessoas. Muitos sonhos estão deixando de ser apenas sonhos e estão se tornando realidade. Pessoas que nunca pensaram em cursar um curso superior agora podem dizer que são alunos, e de uma Instituição Federal, como os mesmos costumam frisar. Nos depoimentos descritos é possível identificar o sonho que estava apagado dentro de cada um, e a força que o sonho está proporcionando na vida desses educandos, estimulando-os quanto a importância de sonhar e da necessidade das informações em suas vidas para que possam transformá-las em conhecimento.

Considerações Finais

Como afirmamos anteriormente, temos visto e vivido o cotidiano desses alunos que integram o Programa PROCAMPO. Somos conhecedores de suas angustias, mas também de seus sonhos. Sonhos que não são muito diferentes dos demais sonhos que todos nós também sonhamos, mas sonhos que não poderiam deixar de ser simplesmente sonhos se não pudessem contar com um apoio adicional para poderem vislumbrar um novo horizonte em suas vidas. A realidade do homem camponês e da educação que o mesmo precisa receber é, sem dúvida, uma realidade diferenciada. É uma educação diferenciada da encontrada nos centros urbanos e isso tem sido observado pelo projeto PROCAMPO, e conforme observado por nossa pesquisa, esses fatores têm sido reconhecidos pelos alunos, que reconhecem que as diretrizes aplicadas pelo PROCAMPO estão, de fato, direcionadas às especificidades da população camponesa.

Acreditamos que esse curso consegue responder aos anseios do povo do campo, pois o mesmo tem observado as especificidades, a identidade, a cultura local, os problemas locais e os conhecimentos do povo camponês, para então poder formular suas diretrizes pedagógicas.

Ressaltamos ainda que este curso, apesar de já estar implantado em quase todas as regiões do Estado do Pará e em muitos Estados da Federação, precisa chegar a todos os municípios, em especial, aos mais afastados das capitais, onde comumente, a educação direcionada ao homem do campo ainda está muito aquém da educação que nossos alunos camponeses têm o direito de receber.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**.

_____. Resolução CNE/CEB nº. 1/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: SECAD, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

_____. Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). 2007.

MOLINA, Mônica C. **A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo**. IN: SANTOS, Clarice A. (org) **Por uma educação do Campo**. Campo, Políticas Públicas – Educação. Brasília: INCRA: MDA, 2008 p.19 a 31

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e Técnicas**, 3ª edição Revista e Ampliada.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara**. 32ª edição – Campinas, Autores Associados, 2003.

_____. Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas**. 22ª edição – Campinas, Autores Associados, 2008.